

CENTRO UNIVERSITÁRIO MARIO PONTES JUCÁ – UMJ

Curso de Graduação em Pedagogia

Bruno de Gois Cardoso

Marília Laís Tavares Melquíades

A INCLUSÃO ESCOLAR EM ALUNOS COM AUTISMO

MACEIÓ - AL

2023.1

BRUNO DE GOIS CARDOSO

MARÍLIA LAÍS TAVARES MELQUÍADES

A INCLUSÃO ESCOLAR EM ALUNOS COM AUTISMO

Artigo científico apresentado ao Centro Universitário Mario Pontes Jucá, como parte das exigências do Curso de Graduação de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, aprovado em: ____/____/____

Orientadora: Prof.^a Esp. Thâmara Lima Brandão
Carnaúba

MACEIÓ - AL

2023.1

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO

CARDOSO, Bruno de Gois¹
MELQUÍADES, Marília Laís Tavares²

Resumo: Este artigo tem como objetivo conceituar o termo autismo, bem como suas respectivas particularidades físicas e atitudes, cogitando suas causas e possíveis tratamentos, para que possa englobar os recursos necessários para entendimento da conduta do aluno com a síndrome do espectro autismo, de uma maneira que os educandos junto com toda a equipe da escola possam criar novas metodologias didáticas e pedagógicas, que engrandeça o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Transtorno Espectro Autista (TEA), tolerando a individualidade e proporcionado assim as expectativas da educação inclusiva. Para enaltecer o nosso artigo, pesquisamos autores como: Capellini (2001), Monteiro (2017), Eugene Bleurer (1960), entre outros. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, tendo em vista que este tema ainda é recente.

Palavras-chave: Educação infantil. Inclusão. Autismo.

1 INTRODUÇÃO

Um dos interesses para iniciar este artigo é a necessidade que as escolas têm diante de um aluno com autismo. Durante a nossa formação e vivências em escolas, temos visto grandes dificuldades dos professores que muitas vezes não estão preparados para receber os alunos com autismo, como por exemplo: a falta de recursos de um planejamento pedagógico da estrutura escolar de profissionais especializados na área, deixando uma situação apreensiva para os educadores.

¹ Bruno de Gois Cardoso, aluno graduando do curso de Pedagogia do Centro Universitário Mário Pontes Jucá no ano de 2022. Email: bruno.cardoso119@academico.umj.edu.br Currículo Lattes: <file:///C:/Users/Bruno/Downloads/curriculo.pdf>

² Marília Laís Tavares Melquíades, aluna graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Mário Pontes Jucá no ano de 2022.

Trabalhar com crianças autistas compreende alguns desafios e dificuldades de expressão. Acreditar no potencial destes é essencial para um trabalho inclusivo. De acordo com (Capellini, 2001 apud Praça, 2011, p. 58).

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, [...], plano individual de ensino, melhoria da formação profissional [...], com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/sensibilização.

Ao comentar sobre ensino-aprendizagem, pode-se dizer que há obstáculo encarado pelos educadores, por muitas vezes não saber ensinar alunos com autismo e necessidades especiais. Os docentes precisam e devem procurar pesquisar e estudar, indo de forma mais além do diagnóstico dos seus alunos com especialidades e em particular alunos com Transtorno Espectro Autista (TEA). É importante argumentar sobre a inclusão de alunos com TEA, pois soa de forma positiva para desenvolvimentos sociais cognitivos e efetivos.

O transtorno de espectro autista tem sido frequentemente diagnosticado nos anos atuais é um pouco preocupante, pois em todo mundo várias crianças tem nascido com essa síndrome que requer um pouco de atenção para essa situação. O indivíduo diagnosticado com TEA tem características parecidas comportamentos repetitivo estereotipados, por exemplo: movimentos repetitivos correr de um lado para o outro, balançar as mãos ter dificuldade para se comunicar e olhas nos olhos, sensibilidade auditiva para certos tipos de sons ou barulhos altos, hiperatividade e gestos rotineiros. Segundo Monteiro (2017):

Têm sido usados como categorias diagnósticas em indivíduos com déficits na interação social, déficits em linguagem/comunicação e padrões repetitivos do comportamento, contudo nem sempre estes são autistas

Independente de possuir várias investigações e pesquisas para causa do autismo, estima-se que possui várias modalidades de níveis, dos mais leves para moderados até os mais altos, tendo em si que não existe a cura, mas existe procedimentos e tratamentos para melhorar o desenvolvimento e as habilidades para melhoria do indivíduo na sua vida social e cognitiva.

Tanto Kenner quanto Aspeger empregaram o termo para chamar de atenção sobre a qualidade de comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco.

A síndrome de Asperger deixou de ser considerada autismo. Em 1987 a Associação americana de psiquiatra desenvolveu o termo abrangente do desenvolvimento, sendo desta forma o autismo de ser uma psicose infantil.

2 BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO

Inicialmente, o termo autismo foi implantado por Eugene Bleurer (1960). Através da esquizofrenia e campos das psicoses, o autismo foi chamado dissociação psíquica sobre a percepção da realidade.

Em seus estudos no ano 1943, Kenner apontaria resposta incomum dada pelas crianças naquela época no ambiente. O psiquiatra observava crianças internadas com comportamentos diferentes e dizia que ela tinha dificuldades de se relacionar de maneira normal com pessoas e situações desde o começo de suas vidas (Brasil, 2017). Tais crianças estavam sempre distantes das outras e aparentemente parecia não ter uma relação funcional com os objetos e brinquedos ao seu redor.

Partindo da observação de Kenner (1943), o autor estabeleceu estudos da relação precoce entre a família e as crianças, e até que ponto poderia influenciar nos distúrbios e déficit. Durante suas observações, verificou que o grupo observado não demonstrava nenhum tipo de habilidade social, bem como o contato afetivo até mesmo com seus próprios pais. Outros fatores foram percebidos por Kenner, como: problemas intelectuais, alimentares, motores e de linguagem. Com base nos experimentos feitos pelo psiquiatra, chamado de Distúrbios Autísticos, o mesmo descreveu como uma condição de autismo infantil. Alguns pesquisadores até chegaram a dizer que o autismo seria por falta de relação afetiva entre pais e filhos, que os pais e as mães tratam seus filhos pouco emocionais e afetivos, e que ele era responsável pela sua causa.

As primeiras concepções surgem de Rivolt (1976) onde o autismo começa a ser considerado como uma relação de déficit mental “cognitivo, considerado como um transtorno mental “distúrbio” no desenvolvimento infantil. Desta forma, o TEA começa a ser cada vez mais relacionado com deficiência-mental”.

2.1. Conceito e características: compreendendo o Transtorno de Espectro Autista

Inicialmente para compreendermos os conceitos referentes ao Transtorno de Espectro Autista (TEA), precisamos entender qual a sua definição. Muito se é falado sobre Autismo nas crianças, mas infelizmente ainda encontramos muita desinformação e preconceito em nossa sociedade. Um dos motivos desse nosso trabalho é tentar conscientizar cada vez mais as pessoas em busca de informação, identificando e ajudando as crianças que a possuem.

Podemos dizer que ele é um distúrbio neurológico que pode ser descoberto durante os primeiros meses de vida da criança, sendo estabelecido a confirmação e o diagnóstico por volta dos 2 a 3 anos de idade. Esses transtornos afetam o desenvolvimento das crianças, trazendo problemas em relação à comunicação e interação no convívio com as pessoas.

O fato de que o diagnóstico preciso só possa ser confirmado entre os 2 e 3 anos de idade não quer dizer que até esse prazo os pais não precisam se preocupar. A qualquer sinal que seja identificado algum atraso no desenvolvimento dos seus filhos, é preciso comunicar ao pediatra para ser observado e indicado o melhor tratamento. Quanto antes o TEA for diagnosticado, mais benefícios trarão. Alguns casos no qual são descobertos precocemente, especialmente antes dessa idade, algumas crianças podem até “sair” dessa condição de Autista.

O mais importante é nós como profissionais da educação saber identificar quais são as características de um portador de Autismo. Destacamos a dificuldade em compreender e se comunicar o que sentem e o que pensam nas mais diversas situações. Motivos com os quais influenciam diretamente na diminuição significativa de interação na sociedade.

Outro ponto de destaque em que alguns portadores de Autismo possuem é a hipersensibilidade. Notamos que as crianças que possuem o TEA se

incomodam bastante com ambientes barulhentos e confusos, isto é, com diversas cores, luzes e muitas informações.

3 O AUTISMO E AS LEIS DE APOIO À INCLUSÃO: POR UMA SOCIEDADE SEM EXCLUSÃO

De acordo com a convenção internacional sobre os Direitos de pessoas com deficiência a ONU (Organizações das Nações Unidas) retificado pelo Brasil com status de emenda constitucional, é considerado toda pessoa com deficiência que possua algum tipo de impedimento de participação na sociedade. Sendo assim podemos dizer que o autismo é considerado uma deficiência. A lei Brenice Piana 12.764/2012, de política nacional de proteção dos direitos da pessoa com TEA, relata que o indivíduo com Transtorno do Espectro do Autista é uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Determina o direito de ter um diagnóstico precoce, tratamentos, medicamentos pelo sistema único de saúde, acesso à educação e a proteção social (BRASIL, 2015).

Isso é muito importante, pois permitiu abrigar leis específicas de pessoas com deficiências, como estatuto de pessoa com deficiência (13.146/15) e as normas internacionais, assinada pelo Brasil, convenção das nações unidas sobre os direitos das pessoas com deficiências (6.949/200).

Em 8 de janeiro de 2020 foi sancionada, a lei 13.977 lei Romeo Mion, criando a carteira de identificação de pessoa com TEA, dando melhoria em espaço públicos e privados, para acesso prioritário e serviços as quais autista tem direito.

A lei 8.899/94 garante à gratuidade no transporte a pessoa com autismo que comprove uma renda de até dois salários-mínimos. Lei 8.742/93 que oferece o BPC - Benefício de Prestação Continuada (LOAS) para toda pessoa que possuem algum tipo de deficiência que a impossibilita no meio social, direito de um salário-mínimo. Para requerer o BPC, a pessoa deve está inscrito do cadastro único e possuir uma renda per capita de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, e agendar a perícia no INSS.

Lei 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e ao atendimento educacional e especializado. O adulto ou adolescente pode dar continuidade a seus estudos de forma gratuita, conforme a lei de Diretrizes e bases da educação Nacional (lei Federal 9.394/96). Pela mesma lei, qualquer pessoa e os adultos com

autismo tem direito a educação superior, em instituições públicas e privadas, em qualquer modalidade.

A Lei 12.764/12 garante direito ao lazer todas as pessoas com autismo, todo direito de brincar e se divertir é um direito de todas as crianças e adolescentes. A Lei 13.370/2016 garante aos servidores públicos, que têm filhos autistas, o direito à redução da jornada de trabalho. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.

4. INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: SENTIMENTOS E PRÁTICAS DOCENTES

A inclusão Escolar de crianças Autistas vem sendo cada vez mais abordada durante a prática escolar, porém muitas dúvidas e questionamentos surgem a respeito desse tópico, como por exemplo, o que fazer para incluir a criança no ambiente escolar de maneira afetiva e eficaz e as principais orientações que são passadas pelos profissionais para o desenvolvimento social e intelectual da criança com TEA. A escola é um espaço importante para as crianças desenvolverem habilidades no dia a dia, incluindo crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Quando abordamos os sentimentos dos professores ao lecionar para crianças com TEA, encontramos um misto de receio e insegurança, porém, cabe aos profissionais buscarem conhecimento, e através da prática docente perceber o quanto é prazeroso e gratificante ver a evolução de cada um de seus alunos. Trabalhar com alunos autistas exigem dos profissionais da educação desenvolver práticas e estratégias que abordem e respeitem a diferença e o processo de absorção de conteúdo, necessitando assim, de práticas docentes particulares que tenham como o objetivo incluir essas crianças no meio escolar.

Segundo GAUDERER (2011, p.14):

A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico.

Segundo o autor, estes comportamentos característicos de crianças que sofrem com TEA, acabam gerando um sentimento de receio por parte de pessoas que não conhecem as características desse transtorno. Fazendo com que cada vez

mais a busca por conhecimento e práticas docentes por parte dos profissionais, se tornem importante com o objetivo de oferecer o melhor para essas crianças.

Crianças que apresentam TEA possuem um pouco mais de dificuldade na aprendizagem, mas isso não significa que elas não irão conseguir desenvolver habilidades necessárias para o dia a dia. Através de práticas motoras e interativas, quando aplicadas e expostas da maneira correta, conseguem estimular e desenvolver habilidades nessas crianças.

5. A RELAÇÃO DO PROFESSOR COM ALUNO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Muitos educadores se sentem inseguros por falta de conhecimento e preparo para lidar sobre o TEA, por isso é muito importante investir em formações continuadas para superar os limites como professor e se preparar para viver desafios na sala de aula. Ensinar alunos com autismo exige mudanças nas práticas pedagógicas, e com o apoio e participação da família, profissionais especializados na área (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologista etc.), estas ações serão capazes de desenvolver socialização, autoestima, linguagem, para formação do aluno enquanto cidadão.

Segundo Fonseca (2008, p.15):

Pela motricidade, a criança exprime suas necessidades neuro vegetais de bem-estar ou de mal-estar, que contêm em si uma dimensão afetiva e interativa que se traduz em uma comunicação somática não verbal muito complexa, muito antes do surgimento da linguagem verbal propriamente dita.

A afetividade e a motricidade estão no ato de se comunicar, que está além da linguagem verbal, pois as crianças desenvolvem diferentes meios que possibilitam determinadas interações.

Os professores devem demonstrar amor, paciência, dedicação, falar baixo, utilizar recursos visuais e concretos para que os alunos com TEA possam entender os conteúdos, chamar a atenção dos alunos com calma e delicadeza, devendo incluir alunos em atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, ser claro e objetivo e utilizar palavras, vocabulários de fácil entendimento, ter conhecimento das áreas de interesse da criança, auxiliar sempre que necessário, utilizar comunicação por meios

de figuras, criar rotinas, entre outras ações que contribua significativamente para desenvolvimento do aluno com TEA.

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente (DiagnosticandStatistical Manual of Mental Disorders –DSM, 2014, p. 53).

É comum que o professor do aluno com TEA crie algumas representações sociais através do seu diagnóstico, partindo do desenvolvimento e da aprendizagem. Estas representações surgem com o objetivo de compreender a lógica interna das teorias populares, e são embasadas na busca teórica, envolvendo, em sua maioria, repertórios como as neurociências e a psicanálise (FAVORETTO e LAMÔNICA, 2014). Sugere-se atualização dos professores, através do conhecimento em relação ao assunto. Pimentel e Fernandes (2014) consideram essencial que estes professores recebam suporte de uma equipe interdisciplinar, para lidar com as questões internas, e com os aspectos relacionados à educação destes alunos.

6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão educacional escolar, no Brasil, é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa aprovar o direito de todos os alunos de permanecerem juntos, aprendendo e participando (BRASIL, 2007). A educação inclusiva é uma filosofia que integra alunos com necessidades especiais em escolas regulares, utilizando abordagem humanística, intimamente ligada à aprendizagem. O papel do facilitador é assessorar a criança autista nas atividades propostas, incentivando a participação desse aluno nas atividades comuns à classe e quando isso não for possível, oferecer uma atividade paralela ao sujeito ou mesmo mudar de ambiente com ele (SERRA, 2010).

No ambiente escolar, a participação efetiva de todas as crianças, sem distinções, nas atividades propostas pela escola promove o desenvolvimento integral dos alunos, independentemente das suas singularidades, especificidades ou deficiências (ARRUDA, CASTRO; BARRETO, 2020). No processo de aprendizagem,

é importante que haja estimulação das funções cognitivas. Algumas crianças não conseguem ter pensamentos abstratos, apenas baseados no concreto e no visual para haver uma aprendizagem eficaz. Outras são mais auditivas que visuais apresentando formas distintas de expressar suas capacidades intelectuais.

Cunha (2005, p. 126) destaca que:

Quando tentamos dar prazer a uma criança autista, precisamos antes entrar em empatia com ela para captar o que seria adequado a sua forma de expressar-se. Fazer o que ela está fazendo pode ser um bom começo, uma forma de estabelecer comunicação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina que os alunos com TEA, assim como aqueles com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE). É fundamental que a educação inclusiva tenha um caráter interativo e transversal, focado na educação, e não na deficiência ou em condições de desvantagem. É preciso considerar que o entorno social é responsável por transformar o indivíduo em deficiente e/ou capaz (AINSCOW, 2001).

A concepção de educação inclusiva tem se fortalecido na diversidade. Acolhê-la, respeitá-la e, acima de tudo, valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa pressupõe que a escola busque caminhos para se reorganizar de forma a atender todos os alunos, inclusive os com deficiência, cumprindo seu papel social. Espera-se da escola inclusiva competência para desenvolver processos de ensino e aprendizagem capazes de oferecer aos alunos com deficiência, condições de desenvolvimento acadêmico que os coloque, de forma equitativa, em condições de acessarem oportunidades iguais no mercado de trabalho e na vida.

Considerando a proposta de educação inclusiva entende-se que o movimento de reorganização da escola precisa ser iniciado na educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação. Segundo Mendes (2010, p. 47-48):

os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos são críticos para o desenvolvimento da inteligência, personalidade, linguagem e socialização. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais intensa e mais extensiva que outras etapas da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

A educação especial, que apresentava um caráter substitutivo, passa a ter um caráter complementar no modelo de educação inclusiva. A política educacional brasileira prevê o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência como forma de apoio ao trabalho escolar, devendo ser oferecido por professor especializado em período inverso ao da escolarização do aluno.

A aprendizagem ocorre quando existe colaboração e interação positiva entre alunos e professor. Dessa forma, o professor oferecer oportunidades para desenvolver as potencialidades de seus alunos, favorecendo uma eficiente adaptação e ação sobre o aprender. Essa interação pode não acontecer por vários fatores como o desconhecimento das condições cognitivas, físicas ou sensoriais dos alunos e as pessoas envolvidas neste processo (aluno, professor e família). Experimentando a sensação de frustração e fracasso. Se as estratégias de ensino não forem revistas e modificadas, o aluno acaba sendo rotulado e sua aprendizagem fica comprometida. Neste momento, a colaboração entre o professor especializado e o professor comum pode transpor barreiras e qualificar o trabalho pedagógico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma vale ressaltar que não existem causas específicas que concretize o transtorno do espectro autista. É de grande importância os profissionais do sistema educacional e principalmente aqueles que recebem esses alunos na sala de aula, que estejam preparados para incluir e preparar esses indivíduos, de maneira que acatem todas as especificidades de cada aluno conforme suas necessidades, pois nesse cenário educacional, proporciona contatos sociais, aprimorando o desenvolvimento da criança com TEA, assim como as demais crianças, no cuidado

em que convivem e aprende com as diferenças de cada um.

Sendo assim, a educação inclusiva deve superar qualquer forma do tipo de discriminação e o aluno com necessidades especiais, deve ter permanência na sala de aula, bem como o respeito com toda a qualidade na rede de ensino regular, e deve-se entender que o processo de inclusão é um pouco demorando podendo levar anos para se efetivar, com necessidade de uma reorganização da escola e da sociedade como todo.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, L.C.D. **Psiquiatra: o tratamento do autismo** Disponível em: www.ama.org.br/site/tratamento.html. Acesso em: 26 de set. 2022.

Autismo o que é? Definição e Características. **Instituto Neuro Saber**, 2015. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/autismo-o-que-e/>. Acesso em: 05 de out. de 2022.

ARRUDA, A. T. F. F. P.; CASTRO, E. L. de; BARRETO, R. F. de. Inclusão no ensino superior: um desafio para a docência: .**Ensino em Perspectivas**,v. 1, n. 2, p. 1–6, 2020. Disponível em: [//revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4534](http://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4534). Acesso em: 11, ago. 2021.

AINSCOW, M. **Desarrollo de escuelas inclusivas**. Madri: Narcea, 2001.

BLEURER E. Demencia Precoz **El grupo de las esquizofrenias**. Trad. Daniel Wagner. Buenos Aires: Ediciones Hormé; 1960.

BRASIL. **Lei n 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-/2014/2012/lei12764.htm. Acesso em: 01, nov.2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2, jan. 2018.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação:** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

Convívio do TEA, leis e direitos. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/> acesso em: 09, out.2022.

CUNHA, N. H. S. Distúrbios de Comportamento. Seção III: Temas pedagógicos, cap. XIX. In: CAMARGOS JUNIOR, Walter; et al. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3o Milênio** - Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2005.

FARIA K. T.; et al.,. Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, 31(61), 353-370, 2018.

FAVORETTO, N.C.; LAMÔNICA, D.A.C. Conhecimentos e Necessidades dos Professores em Relação aos Transtornos do Espectro Autístico. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 1. 2014.

FONSECA, Vitor da. **Prelúdios psicomotores do pensamento:** introdução à obra de Wallon. 2008.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

KANNER, Leo. "Autistic disturbances of affective contact", na revista, **Nervous Children**, 1943.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MONTEIRO, Andrea Freire et al. **Considerações sobre critérios diagnósticos de transtorno do espectro autista, e suas implicações no campo científico.** 54 2017.Caxias do Sul. Disponível file:///C:/Users/gisla/Downloads/5956-22303-1-PB.pdf em: Acesso em: acessado 01/10/2022.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. (2014). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiology: Communication Research**, 19(2), 171-178.

FONSECA, V. **Prelúdios psicomotores do pensamento:** introdução à obra de Wallon. Revista Caparaó ,2008. Acesso em: 29 out. 2022.

RITVO E.R., ORNITZ E.M. Autism: diagnosis, current research and management. **New York:** Spectrum; 1976.

SILVA, A. GAIATO, M., REVELES, L. Dificuldades de aprendizagem ou dificuldades de escolarização? Um debate a partir do referencial da psicologia histórico-cultural. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G.; HAYASHI, M.C.P.I. Temas em Educação Especial: múltiplos olhares. **Araraquara:** Junqueira & Marin, 2008. p. 413-421.

SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2010.